Conheça os títulos dos
Cadernos de Orientação

Governo Aberto
Participação Social

Cadernos de Orientação

Participação Social

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Cadernos de Orientação

Participação Social

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Expediente

Prefeitura Municipal de São Paulo
Fernando Haddad *– Prefeito*

Eduardo Matarazzo Suplicy *– Secretário de Direitos Humanos e Cidadania*

Guilherme Assis de Almeida *– Secretário Adjunto de Direitos Humanos e Cidadania*

Giordano Morangueira Magri *– Chefe de Gabinete*

Maria José Scardua *– Coordenadora da Política Municipal de Participação Social*

Eduardo Santarelo Lucas e Karen Kristensen Medaglia Motta *(estagiária) – Equipe da Coordenação de Participação Social*

Instituto Paulo Freire
Paulo Freire *– Patrono*

Moacir Gadotti *– Presidente de Honra*

Alexandre Munck *– Diretor Administrativo-Financeiro*

Ângela Antunes, Francisca Pini e Paulo Roberto Padilha *– Diretores Pedagógicos*

Natália Caetano *– Coordenadora do Projeto*

Editora Instituto Paulo Freire
Janaina Abreu *– Coordenação Gráfico-Editorial*

Aline Inforsato e Izabela Roveri *– Identidade Visual, Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final*

Ângela Antunes, Francisca Pini, Julio Talhari, Moacir Gadotti e Paulo Roberto Padilha *– Preparação de Originais e Revisão de Conteúdo*

Daniel Shinzato, Janaina Abreu e Julio Talhari *– Revisão*

Alcir de Souza Caria, Amanda Guazzelli, Deisy Boscaratto, Fabiano Angélico, Lina Rosa, Natália Caetano, Rosemeire Silva, Samara Marino, Sandra Vaz, Sheila Ceccon, Washington Góes *– Pesquisadores-Redatores*

Flávia Rolim *– Colaboradora*

Sumário

Palavras do prefeito 4
Palavras do secretário 4
Apresentação 5
Política de participação social no município de São Paulo 6
Introdução ao Sistema Municipal de
Participação Social em São Paulo 11
Considerações finais 23

Palavras do prefeito

É com grande satisfação que apresento 20 publicações inéditas, coordenadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), para os processos de formação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social. Trata-se de sete Cadernos de Formação, dois Cadernos de Orientação, dez Cadernos de Colegiados e um Caderno do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento.

O objetivo é permitir uma melhor compreensão das relações entre direitos humanos, cidadania, Educação Popular, participação social, direito à cidade, bem como apresentar formas e ferramentas de gestão mais participativas adotadas pela atual administração. Nesse sentido, apresentamos também dez importantes conselhos desta cidade, sua composição, estrutura, funcionamento e o mais importante: como e onde participar.

Estas publicações demonstram o esforço da atual administração municipal em ampliar e qualificar, cada vez mais, o diálogo entre governo e sociedade civil para fortalecer a democracia participativa nesta cidade.

São Paulo, dezembro de 2015.

Fernando Haddad

Palavras do secretário

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), com muita satisfação, oferece aos cidadãos e cidadãs de São Paulo 20 publicações que contribuirão para a formação e o exercício da cidadania. Dentre elas, estão estes dois Cadernos de Orientação.

O primeiro, intitulado Participação Social, está vinculado à SMDHC e traz significativas contribuições para uma compreensão mais clara da participação como direito e método de governo. Já o caderno nomeado Governo Aberto mostra como a criação da São Paulo Aberta, vinculada à Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF), vem permitindo à Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) aperfeiçoar suas concepções e práticas de gestão administrativa.

As presentes publicações esclarecem e orientam novas práticas relacionadas à transparência na construção das políticas públicas da cidade. Ademais, trazem ao conhecimento da população o que já tem sido feito por esta gestão.

São Paulo, dezembro de 2015.

Eduardo Matarazzo Suplicy

Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

Apresentação

Como está organizado e quais os objetivos deste Caderno de Orientação?

Este *Caderno de Orientação: Participação Social* tem por objetivo contribuir com informações e esclarecer dúvidas sobre uma participação democrática e horizontal na gestão pública do município de São Paulo. O texto está em forma de diálogo, que é também a base de toda construção coletiva que aqui se propõe.

Procura-se refletir sobre o processo de validação da Política Municipal de Participação Social (PMPS), com ênfase na criação do Sistema Municipal de Participação Social (SMPS), que articulará diversas instâncias e mecanismos da gestão pública municipal, visando ao cumprimento da própria política. Além disso, aqui serão retomadas e explicadas algumas das importantes ações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e, em especial, aquelas vinculadas à Coordenação da Política Municipal de Participação Social.

Este caderno indica alguns caminhos, rotas, trilhas, *links* e experiências que podem contribuir para a ampliação e qualificação dos processos participativos. A gestão municipal paulistana, por intermédio da SMDHC, reitera esse convite, que, certamente, abrirá novas e inúmeras possibilidades de intercâmbio de experiências e de fortalecimento da democracia participativa na cidade de São Paulo.

Venha participar conosco!

Coordenação da Política Municipal de Participação Social

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Prefeitura Municipal de São Paulo

Política de participação social no município de São Paulo

Em sintonia com a Política Nacional de Participação Social (PNPS), Decreto nº 8.243[1], de 2014, a atual gestão municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), instituiu a sua Política Municipal de Participação Social (PMPS), que está apoiada em dois pilares básicos: *princípios e objetivos*.

Mapa da cidade de São Paulo dividido em regiões administradas pelas 32 subprefeituras (crédito: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa>. Acesso em: 2 dez. 2015).

1 Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 13 nov. 2015.

Os princípios da PMPS apontam para posicionamentos a serem tomados, incentivados e valorizados até chegar à real e palpável efetivação do novo conceito de participação horizontal que se vem buscando. De acordo com a Proposta de Minuta da PMPS e do Sistema Municipal de Participação Social (SMPS), os princípios são:

I. O reconhecimento da participação social como direito do cidadão, dever do Estado e compromisso de governo fundamental para democratizar a gestão pública;

II. A complementaridade e a integração entre mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta;

III. A solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade na participação social para a construção de valores de cidadania e inclusão social;

IV. O direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas;

V. O direito à memória para a sociedade democrática contemporânea;

VI. A transversalidade nos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social;

VII. A intersetorialidade como forma de articulação governamental e encaminhamento das demandas da sociedade civil;

VIII. A valorização da educação para a cidadania ativa como um de seus elementos constitutivos;

IX. A gestão democrática, composta por mecanismos de interação, consulta e diálogo com a sociedade e instâncias de caráter consultivo ou deliberativo para tomada de decisões sobre políticas e projetos, bem como para controle e avaliação da implementação das políticas;

X. A gestão descentralizada de recursos e decisões, fortalecendo a relação entre os sujeitos e seus territórios.

Quais são os objetivos da PMPS no município de São Paulo?

Os objetivos são os seguintes:

I. Fortalecer os espaços de participação já existentes e integrá-los às novas formas de participação;

II. Consolidar a gestão participativa como método de governo;

III. Promover a diversidade, com garantia de acesso e efetiva representatividade nos mecanismos de participação social de grupos sociais historicamente excluídos, tais como: mulheres, crianças e adolescentes, jovens, idosos e idosas, negros e negras, povos indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), população de rua, migrantes e imigrantes, catadores de reciclados, grupos religiosos, movimentos sociais urbanos e do campo, entre outros segmentos;

IV. Desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento, permitindo o envolvimento da sociedade na definição das prioridades para alocação de recursos públicos;

V. Promover o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social;

VI. Incentivar e promover ações e programas de formação e qualificação em participação social para servidores, gestores públicos e sociedade civil;

VII. Garantir a participação de representantes dos diferentes segmentos da população – diretamente ou por intermédio de associações representativas, movimentos ou entidades – nos processos de decisão, planejamento e gestão das políticas públicas, dos investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos;

VIII. Garantir que a articulação dos diversos mecanismos e instâncias de participação ocorra de forma territorializada.

"Trocando em miúdos", o que vem a ser participação social?

É um direito de todas as pessoas. É a possibilidade de intervirem, efetivamente, enquanto sociedade civil, nas políticas do Estado.

O ex-secretário adjunto municipal de Direitos Humanos Rogério Sottili no Ato de Adesão ao Compromisso Nacional de Participação Social e Municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) (crédito: Cesar Ogata/Secom).

O que é sociedade civil? Quem a constitui?

Sociedade civil é o conjunto dos segmentos que compõe a população de determinado município, região, estado, país etc. Ela é constituída pelos movimentos sociais, organizados ou não, associações e categorias profissionais, comunidades periféricas, populações em situação de rua, comunidade de migrantes, entidades com ou sem fins lucrativos, além dos serviços sociais autônomos, das organizações religiosas, dos sindicatos, das instituições de ensino, de pesquisa, de prestação de serviços, do terceiro setor e das empresas em geral.

A participação social sempre existiu no Brasil?

Embora em diferentes momentos importantes da nossa história tenhamos tido experiências de participação social, não podemos afirmar que foi sempre assim. A população brasileira não possui ainda, de forma ampla e costumeira, uma cultura participativa. Estamos ainda ensaiando e em processo de aprendizagem. Por outro lado, há casos em que a participação social vem sendo criminalizada por órgãos de segurança, por setores mais conservadores da sociedade civil e da mídia comercial. Isso pode ser mudado, até porque ninguém deve sentir-se intimidado ao exercer seu direito de participar.

Como a participação social se dá em outras esferas de governo?

Como vimos, a PNPS, Decreto nº 8.243/2014, proposta pela Presidência da República, define diretrizes e estratégias para efetivação da participação social como política de governo. Com base na adesão voluntária a essas diretrizes, Estados e Municípios podem fortalecer, facilitar, abrir caminhos e viabilizar o diálogo, bem como dar suporte e criar condições para que os cidadãos possam, realmente, ser mais participativos e conscientes da importância de sua atuação em prol da coletividade. Conscientes também de que a participação é um direito.

Como e onde podemos buscar mais informações?

O governo federal lançou a plataforma Participa.br[2]. Trata-se de um ambiente virtual que já tem contribuído efetivamente para o diálogo entre governo e sociedade civil, fortalecendo, assim, a participação social. A população consegue, por meio dessa plataforma, ter amplo acesso a fóruns de debate, salas de bate-papo, vídeos, mapas e trilhas de participação com diversas formas de consulta. Lá também são divulgadas as ações do governo federal, bem como vários documentos oficiais que podem ser acessados pela internet. No nível municipal, a SMDHC mantém uma página na internet com informações sobre órgãos colegiados, audiências públicas, conferências, consultas públicas etc.

2 Acessível pelo seguinte endereço: <www.participa.br>.

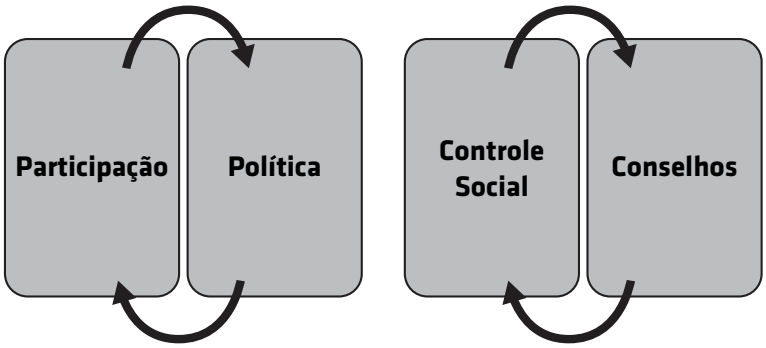
Página eletrônica de participação social da SMDHC: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social>.

Introdução ao Sistema Municipal de Participação Social em São Paulo

O município de São Paulo está instituindo o seu Sistema Municipal de Participação Social (SMPS), o que constitui um grande esforço da atual gestão no sentido de governar com todos os segmentos que compõem a sociedade civil, ou seja, governar com e para. Para tanto, e sob coordenação da SMDHC, criou-se o Comitê Intersecretarial de Articulação Governamental da Política Municipal de Participação Social, o impulsionador da ciranda participativa da gestão.

Comitê Intersecretarial de Articulação Governamental da Política Municipal de Participação Social

Exercitando a participação e o controle social



A vice-prefeita Nádia Campeão assinou no dia 23 de julho de 2014 o Decreto nº 55.325, que institui o Comitê Intersecretarial de Articulação Governamental da Política Municipal de Participação Social, cuja missão é efetivar a PMPS e o SMPS, em sintonia com o pacto assumido na Adesão ao Compromisso Nacional, a fim de contribuir para a promoção da intersetorialidade e da integração das diferentes instâncias participativas, avançando na gestão democrática do município.

Saiba mais

<www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3391#ad-image-0> Acesso em: 2 dez. 2015.

O que realmente cabe ao Comitê Intersecretarial de Articulação Governamental da Política Municipal de Participação Social realizar?

Em linhas gerais, cabe a ele otimizar um processo articulado que leve à definição e à implantação da PMPS e do SMPS. Em parceria com a sociedade civil, também deve organizar um plano de ação para um sistema de monitoramento, ou seja, criar dinâmicas de acompanhamento. Oferecer subsídios, dar diretrizes de participação aos demais órgãos da administração pública, promover encontros anuais com a sociedade civil. Em conjunto com as instâncias e os serviços de atendimento público, o Comitê deve viabilizar um fluxo eficiente de informações sobre as demandas recebidas. Enfim, deve sugerir parcerias entre os órgãos municipais e outros atores, públicos e privados, para a implementação e manutenção do SMPS.

Como funciona esse Comitê? O que ele faz, exatamente?

Ele promove encontros periódicos, consultas públicas, virtuais e presenciais, bem como processos formativos sobre participação social. Participam dele representantes de todas as secretarias municipais, sem exceção. Mas há um grupo executivo, composto por representantes das seguintes secretarias de governo:

- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e cidadania (SMDHC);
- Secretaria Municipal de Relações Governamentais (SMRG);
- Secretaria Municipal de Gestão (SMG);
- Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF);
- Controladoria Geral do Município (CGM).

Cabe ao grupo executivo fazer acontecer as ações entre os conselhos de políticas públicas e os órgãos colegiados. Ele faz a organização das pautas e das demandas administrativas.

O município de São Paulo está criando a sua PMPS e já realizou uma extensa consulta pública. Quando isso começou?

Essa construção começou em 2013, por meio de uma intensa consulta popular, presencial e virtual. De lá para cá, tivemos os Diálogos São Paulo Aberta em todas as 32 subprefeituras da cidade. Mais recentemente, a administração municipal promoveu uma nova e ampla consulta com a sociedade civil para a validação da PMPS.

Como, onde e quando essa última consulta aconteceu?

Convite da administração municipal de São Paulo à população para a construção do documento que define os princípios e diretrizes da Política Municipal de Participação Social (PMPS).

Foi um ciclo dividido em oito eixos, com reuniões abertas presenciais e consultas públicas *on-line* sobre cada um dos eixos. A gestão municipal abriu as portas para dialogar com a população sobre como organizar e sistematizar a participação social na cidade. Essa construção foi um compromisso assumido pelo prefeito Fernando Haddad, em 30 de junho de 2014, quando assinou o decreto que formalizou a Adesão ao Compromisso Nacional de Participação Social, já citado anteriormente. Aconteceram também, de agosto a dezembro de 2015, consultas públicas nas 32 subprefeituras. O resultado de todo esse processo permitirá que essa política não seja apenas um documento, mas a institucionalização da participação social efetiva como método de gestão. Corrobora para isso o Programa de Metas 2013-2016, que prevê ações específicas nessa área, como as Metas 113 e 119. A primeira, com mais de 70% do previsto já concluído, refere-se à criação do Conselho da Cidade, do Conselho de Transportes e mais seis novos Conselhos Temáticos. A segunda, já totalmente concluída, diz respeito à implementação do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO).

O que são instâncias e mecanismos da participação social?

São órgãos e espaços criados com fins específicos para organizar as demandas da gestão pública. São *instâncias*, por exemplo, os conselhos e as comissões de políticas públicas, as conferências nacionais e ouvidorias, entre outras. São mecanismos as mesas de diálogo, os fóruns interconselhos, as audiências e consultas públicas, os ambientes virtuais de participação social, entre outros. Há também conselhos macros, dirigidos a toda sociedade ou para determinada região, como é o caso dos Conselhos Participativos Municipais.

Acesse a Cartilha da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e conheça mais sobre essas instâncias e mecanismos: <www.participa.br/articles/public/0007/5656/CartilhaPNPS.pdf>.

Falando nisso, quais são as principais instâncias colegiadas que compõem o SMPS de São Paulo?

Cada secretaria constrói e institucionaliza suas próprias instâncias colegiadas, ao passo que a Coordenação da Política Municipal de Participação Social, vinculada à SMDHC, atua para ampliar e fortalecer a participação social em diálogo com as demais secretarias. As principais instâncias colegiadas do SMPS são:

- **Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo (CPOP):** é a instância que permite à população interferir no planejamento e orçamento municipal. Sua missão é facilitar e promover a interlocução entre população, conselhos territoriais e temáticos da cidade e poder público. Também atua na elaboração e implementação de metodologias de participação no ciclo orçamentário, no monitoramento do Programa de Metas, na formação de conselheiros e na produção e disseminação de informações e dados sobre o CPPO.

Informativo sobre o Projeto Orçamento Cidadão, enviado com o boleto do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Saiba mais

<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/conselho-de-planejamento-e-orcamento-participativo>

- **Conselhos Participativos Municipais:** reconhecidos pelo poder público dessa esfera, são compostos exclusivamente por moradores de cada região, respeitando a pluralidade de opinião. São organismos autônomos, com espaço consultivo e de representação nas subprefeituras, 32 no total. Sua função é exercer controle social e assegurar a participação no planejamento e fiscalização das ações e gastos públicos, bem como sugerir ações e políticas públicas nos seus respectivos territórios e estabelecer prioridades.

CONSELHO **PARTICIPATIVO** MUNICIPAL

Saiba mais

<http://conselhoparticipativo.prefeitura.sp.gov.br>

<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/minuta/processos-eleitorais-da-politica--municipal-de-participacao-social>

- **Conselho da Cidade de São Paulo:** é um órgão de assessoramento imediato ao prefeito na implementação do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Ele assessora a formulação de políticas, indicações normativas e ações governamentais específicas; debate, orienta e aprecia propostas de políticas públicas e reformas estruturais; sugere, propõe, elabora e apresenta ao prefeito relatórios, estudos, projetos, acordos e pareceres, reunindo as contribuições dos diversos setores da sociedade civil, além de outras importantes atribuições. É composto por cidadãos com histórico de representatividade e reconhecida atuação social e que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade com sua experiência e conhecimento.

Saiba mais

<http://conselhodacidade.prefeitura.sp.gov.br>

- **Conselhos Gestores de Equipamentos Públicos:** são responsáveis pela gestão, manutenção, uso e ocupação dos equipamentos públicos, tais como: espaços educacionais, culturais, esportivos, bibliotecas, mercados, saúde, Telecentros, transportes e outros. São espaços democráticos de discussão e deliberação, no âmbito das políticas públicas, compostos por representantes de governo e da sociedade civil.
- **Conselhos de Políticas Públicas:** são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva,

cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

- **Conselhos Gestores de Fundos:** são compostos por representantes do governo e da sociedade civil e são responsáveis pelos recursos e dotações orçamentárias destinados a políticas públicas específicas e cujos projetos são selecionados por meio de editais públicos.

Exemplos dos principais fundos do município de São Paulo

- Fundo Municipal de Saúde.
- Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.
- Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.
- Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- Fundo de Desenvolvimento Urbano.
- Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito.
- Fundo da Assistência Social.
- Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Fundo Municipal do Idoso (SMDHC – em reestruturação).
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Mais informações sobre fundos públicos

<www.tcm.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74:entenda-o-fundo-municipal-de-assistencia-social&catid=33:cartilhas&Itemid=52>

E quanto aos mecanismos da participação social aqui na nossa cidade?

Mecanismos são os recursos disponíveis, as ferramentas, os canais, os espaços a serem utilizados para concretizar ações, dentre outros. São como peças de uma máquina que se vão encaixando em função de um resultado único.

E com quais mecanismos podemos contar no SMPS?

São vários. Vejamos alguns:

- **Conferências:** são eventos públicos, periódicos e temáticos, espaços de discussão, entendimento e pluralidade que envolvem as instâncias de governo e a sociedade civil. A SMDHC já organizou importantes conferências e outras estão em curso, por exemplo: Conferência Lúdica Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente "Pedro Henrique Higuchi", Conferência Convencional Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência Municipal do Idoso, Conferência Municipal LGBT, Conferência Municipal da Juventude, Conferência Municipal da Política de Atenção às Drogas, Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, dentre outras.
- **Audiências públicas:** são encontros organizados com o objetivo de buscar soluções para as demandas da população, assim como ter acesso à resposta de pessoa pública responsável ou especialista na área em questão. Recentes audiências em nossa cidade: reestruturação e fortalecimento do Conselho Municipal de Políticas para LGBT; Política Municipal de Atenção à Saúde Integral à População LGBT; Edital Redes e Ruas (seleção e apoio a projetos de inclusão, cidadania e cultura digital).
- **Consultas públicas:** são processos democráticos entre governo (às vezes, representado pelas agências reguladoras) e sociedade para construção conjunta de políticas públicas. Em São Paulo, podemos citar a construção da minuta participativa sobre a reestruturação e fortalecimento do Conselho Municipal de Políticas para LGBT, bem como a já mencionada consulta para validação da PMPS.

Encontro realizado em julho de 2014, no Centro Cultural São Paulo (CCSP), com representantes dos órgãos colegiados vinculados à SMDHC. (crédito: Divulgação/SMDHC).

- **Diálogos Sociais:** é uma conversa do poder público com a população sobre temas gerais e específicos de alguns segmentos. Em São Paulo, temos, na atual gestão, os DiálogoSPDH/Conselheir@sDH,

sobre a formação de conselheiros; Diálogo Intergeracional – Direito à Memória e à Verdade Ontem e Hoje; Diálogo sobre inclusão, participação, cultura e transparência digital, entre outros.

- **Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO):** é composto por representantes da sociedade civil, do executivo e do legislativo. Foi concluído graças às 99 audiências públicas que contemplaram todas as subprefeituras e somaram mais de 10 mil participantes. Tem como objetivo promover a participação, a transparência e o controle social na administração pública.

Eixos do Governo Aberto.

- **Governo Aberto:** são inúmeras ferramentas, modernas e digitais, que dão suporte à participação social de forma ágil e democrática. Por exemplo, em Dados Abertos, pode ser acessada as bases de dados estatísticos e geoespaciais da administração municipal. A série de estudos Espaços Produtivos Paulistanos constitui outra ferramenta para pesquisa e informações precisas.

- **Os Diálogos Abertos em São Paulo:** criado em 2013 pela SMDHC, o programa #DialogoSPDH é um processo de participação social e construção de políticas públicas em diálogo: gestão municipal com a população, de forma territorializada e por intermédio de projetos.

- **Coordenadoria do Observatório de Política Social (Cops):** é responsável pelo eixo da vigilância socioassistencial. Criada em 2003, cuida da produção de informação que subsidia a gestão da política de assistência social no âmbito municipal. Sua função é auxiliar na tomada de decisão das Coordenações de Proteção Social Especial, Proteção Social Básica e do Gabinete, além de munir de informações a assessoria de comunicação e garantir uma gestão trans-

Saiba mais

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/fale_com_a_ouvidoria/index.php?p=464>

parente, com a publicação de informações conforme preconizado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e pela Norma Operacional Básica (NOB/Suas, 2012).

- **Ouvidorias:** promovem a interlocução entre população e órgãos municipais. Contribuem para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e devem ser acionadas quando não se obtém resposta ou solução satisfatória para solicitações. A Ouvidoria é um órgão da CGM.
- **Outros canais de atendimento direto aos cidadãos:** praças de atendimento das subprefeituras, balcão de atendimento da SMDHC e telefone (156).

Página da Coordenação da Política Municipal de Participação Social.

Ótimos esclarecimentos. Mas ainda não entendi como funciona, na prática, cada instância, cada mecanismo?

Sem problema. Fazer perguntas é uma ótima forma de participar. Então, veja: após discussão e consensos, essas instâncias e mecanismos podem construir suas próprias formas e dinâmicas de funcionamento, bem como modificá-las quando necessário. Isso significa que nada é estático, as coisas se dinamizam e se modificam ao longo do processo. Por isso, é importante que os cidadãos não esperem ser informados, mas que busquem informações, intervenham. Entretanto, é fundamental que as instâncias e os órgãos do município não abram mão de informar a população, permanentemente, e de forma eficaz, com linguagem clara e objetiva sobre o que está sendo realizado. Isso é o que tem sido feito, por exemplo, por meio dos Diálogos Abertos, das ouvidorias etc.

E quais são os colegiados diretamente vinculados à SMDHC e suas principais atribuições?

Temos em São Paulo diversos conselhos, comissões e comitês. Eles fortalecem e ampliam a participação social, acompanhando e participando das políticas públicas diretamente relacionadas à SMDHC e, especialmente no caso deste caderno, à Coordenação da Política Municipal de Participação Social. São eles:

- **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** defende os direitos fundamentais e especiais das crianças e adolescentes por meio de proteção jurídico-social e atividades de mobilização da sociedade.
- **Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI):** propõe políticas e atividades de proteção e assistência que deverão ser prestadas aos idosos.
- **Conselho Municipal dos Direitos da Juventude (CMDJ):** elabora, fomenta e fiscaliza políticas públicas municipais para a juventude em colaboração com os órgãos da administração municipal.
- **Conselho Municipal de Políticas para LGBT:** assessora e acompanha a implementação de políticas públicas de interesse das pessoas LGBTs.
- **Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (Comuda):** elabora propostas e acompanha a execução da política municipal de prevenção ao uso de drogas.
- **Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (Comtrae):** une setores da sociedade (empresários, governo e trabalhadores) para prevenir e combater o trabalho escravo na cidade de São Paulo.
- **Comissão da Memória e Verdade (CMV):** trabalha para investigar violações dos direitos humanos praticadas no município durante a Ditadura Militar (1964-1985), como perseguição, tortura, prisões clandestinas e desaparecimento forçado.

- **Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua):** constrói uma política voltada à população em situação de rua na cidade de São Paulo e viabiliza oportunidades para esse segmento, garantindo a sua cidadania.
- **Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos (CEMDH):** está em fase de implantação e aguarda decreto do poder executivo municipal para sua regulamentação. Terá como objetivo promover uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas, mediante o resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis da capital paulista.

Saiba mais

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos>

Tenho outra dúvida: É somente a SMDHC que tem esses colegiados ligados a diferentes segmentos da sociedade?

Você pode encontrar órgãos colegiados em quase todas as secretarias da administração municipal, cada um deles centrado em determinadas e específicas demandas.

Saiba mais

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/organizacao/index.php?p=192643>.

Quanta informação importante! E como a população pode ficar sabendo dessas estratégias e ações conjuntas?

Na verdade, boa parte da população já sabe e tem participado, mas a participação pode e precisa aumentar. Baseadas na transparência ativa, todas as ações das instâncias do SMPS e da SMDHC, a partir do Governo Haddad, passaram a ser divulgadas via internet e em outros veículos de comunicação.

Quais são os canais para o intercâmbio de informações?

Há o portal da PMSP, em que é possível encontrar as páginas eletrônicas das secretarias: <www.capital.sp.gov.br>. Sobre participação social, há página da SMDHC: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos>.

Se lhe falta tempo para navegar com frequência, acompanhar um assunto de interesse geral ou particular, cadastre-se nos *sites* das secretarias ou da prefeitura e receba notícias diretamente na sua caixa de *e-mail*.

Participe das redes sociais, observe, opine, compartilhe conhecimento, informação e outras boas notícias.

Seja um cidadão nas redes.
Coloque a tecnologia a seu serviço e da humanidade.
Navegue! Navegue! Navegue!

Mas essa troca de informações só acontece de forma eletrônica?

Não. A troca de informações pode ser presencial também, individualmente ou em grupo. Além disso, quem já participou sabe como é gratificante poder participar das conferências, das audiências e consultas públicas, dos Diálogos, do CPPO e de outros canais de atendimento direto ao cidadão. Quem aprende e se acostuma a participar nunca mais quer deixar de participar.

Fique de olho no cronograma de atividades e ações conjuntas da SMDHC
<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos>

Considerações finais

Este caderno sintetiza o esforço da gestão municipal da cidade de São Paulo, por intermédio da SMDHC, em abrir caminhos para a efetiva participação social, aproximando a esfera pública da população e vice-versa.

Há, em sentido figurado, como pudemos observar, vários caminhos, rodovias, estradas principais, estradas vicinais, atalhos, trilhas, veredas e outros trajetos. Tudo em mão dupla, porém com um único objetivo:

A participação social
na definição e construção
das políticas públicas.

Saiba mais

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/index.php?p=2011>

<http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

<www.brasil.gov.br/centrais-de-conteudo/videos>

<www.brasil.gov.br/governo/2014/05/governo-lanca-politica-nacional-de-participacao-social>

<www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA